

JULGO UM DEVER REGISTRAR: O LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS DA ESCOLA PRIMÁRIA (1932-1935)

Daise Silva dos Santos; Naiana Lopes Pimentel

Colégio Pedro II e Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Daisesilva90@hotmail.com

lopes.naiana@yahoo.com.br

Resumo: Apresentar alguns dos problemas enfrentados pela Escola Primária do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, durante o período de 1932 a 1935 é o principal objetivo deste trabalho. Para tanto, faremos uso do Livro de Registros de Correspondência da instituição. Trata-se de um grande livro manuscrito no qual era transcrita a correspondência trocada entre a Escola Primária e os diversos setores do Instituto de Educação entre os anos 1931 e 1946. Buscaremos analisá-lo sob a perspectiva da cultura material escolar segundo a qual os objetos presente no cotidiano escolar não são neutros, seu desenho e uso apresentam significados que são capazes de dizer mais que seus próprios usuários (HERNÁNDEZ, 2002). Considerando a complexidade dos objetos presentes no cotidiano escolar, se fez necessário elaborar uma descrição a fim de entender o que o livro de correspondência diz e as intenções que envolvem a sua utilização, conforme Hernández (2002). Além disso, na análise do livro e dos registros lá realizados, trabalhamos segundo a perspectiva de Ginzburg lançando um olhar de estranhamento sobre essa fonte e de *documento/monumento*, trazida por Le Goff (2003), segundo a qual o documento é produto da sociedade e das relações de poder em que estavam envolvidas. A análise dos registros de correspondência é capaz de evidenciar o cotidiano e as práticas da instituição, por meio da qual identificamos obstáculos na implantação de uma educação nova, como a falta de professores e estagiários, espaços, mobiliário e até material. Este trabalho, portanto, possibilita uma melhor compreensão do cenário educacional em que a instituição estava inserida, tendo em vista seu papel central no contexto educacional no período em que Lourenço Filho esteve à frente da Direção Geral da Instituição.

Palavras-chave: Livro de Correspondência, cultura material escolar, Instituto de Educação.

Introdução:

Registrar é uma prática comum nas instituições escolares. São feitos registros de ocorrências, de frequência, de conteúdos. As razões podem ser diversas para elaboração desses documentos: comunicar, reclamar, controlar, recordar, precaver-se de problemas futuros. Independente do objetivo particular de cada um, todos esses registros são vestígios que nos informam sobre a cultura escolar¹ e o cotidiano das instituições educacionais.

O Livro de Correspondência da Escola Primária do Instituto de Educação não é diferente de outros objetos presentes na cultura escolar. Analisado sobre a perspectiva da história da cultura material escolar é descartada a neutralidade de tal objeto, pois seu desenho e uso apresentam significados que são capazes de dizer mais que seus próprios usuários (HERNÁNDEZ, 2002, p. 231).

¹ Entende-se por cultura escolar os valores, saberes, práticas, estratégias e atividades sociais típicas da natureza escolar (ABREU JR., 2005, p. 145)



O “Registro de Correspondência da Escola de Aplicação de 1931”² é um grande livro manuscrito no qual ficou registrada a correspondência trocada entre a Escola Primária e os diversos setores do Instituto de Educação entre os anos 1931 e 1946. Tal livro nos proporciona uma série de questionamento: Para que serviam esses registros? Como eram feitos os registros? Quais assuntos eram tratados? Por que registrar correspondências? Ao mesmo tempo, segundo Santos (2009), o livro de registro de correspondência é capaz de demonstrar as dificuldades enfrentadas pela escola na implantação do ideário escolanovista por conter escritos sobre a falta de professores e estagiários, falta de espaços, mobiliário e até material.

Tendo em vista tal possibilidade, neste trabalho busco apresentar alguns dos problemas enfrentados pela Escola Primária do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, durante o período de 1932 a 1935, a partir desse material. Para tanto, considerando a complexidade dos objetos presentes no cotidiano escolar, faz-se necessário elaborar uma descrição a fim de entender o que o livro de correspondência diz e as intenções que envolvem a sua utilização (HERNÁNDEZ, 2002, p. 232).

A escolha por iniciar a pesquisa pelo ano de 1932 pode ser justificada por ter sido o ano de publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do decreto que transformou a Escola Normal em Instituto de Educação e também o primeiro ano de Lourenço Filho na Direção Geral da instituição. E o ano de 1935 não poderia ser excluído deste recorte por ter iniciado um período de efervescência política que antecedia o Golpe do Estado Novo instaurado em 1937.

1- O Livro de Registro de Correspondência

O grande livro de Registro de Correspondência da Escola Primária do Instituto de Educação do Rio de Janeiro possui 200 folhas, numeradas sempre no canto superior direito da página da frente. As folhas, já amareladas pelo tempo, têm linhas e margens como um caderno. Em sua capa inteiramente preta e dura não consta quaisquer indício que aponte a utilidade dada ao livro.

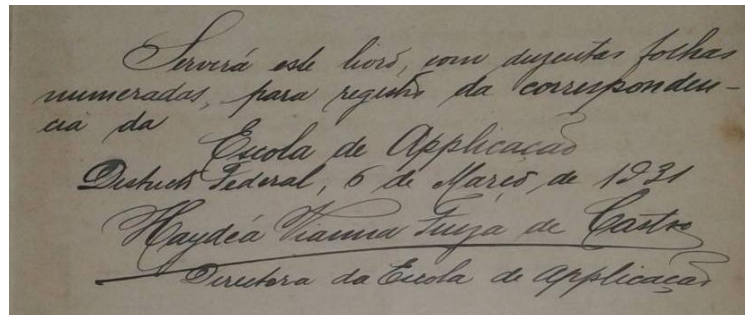
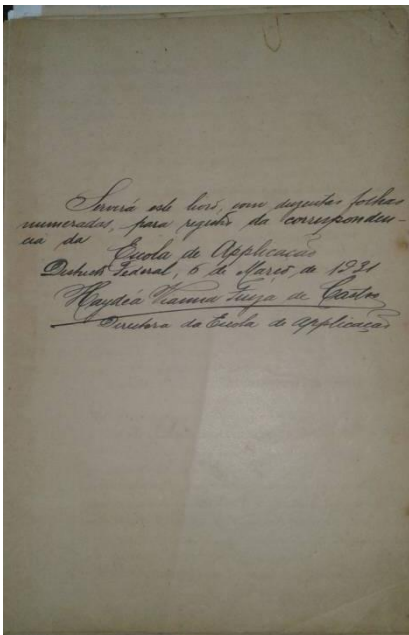
Ao abri-lo, nos deparamos com uma folha de rosto (imagem 1) na qual encontramos a finalidade escrita em letras cursivas: “*servirá para registro da correspondência da Escola de Aplicação*”. Esses dizeres são seguidos da assinatura de Haydéa de Castro Fiúza Vianna, diretora da instituição em 1931.

Nas páginas que se seguem constam os registros dos ofícios da Escola Primária, expedidos e remetidos a diversos setores do Instituto de Educação entre março de 1931 e maio de 1946.

² Nome do arquivo disponibilizado pelo acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira (CEMEB) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Embora contenha o nome da Escola de Aplicação no livro, a partir de 1932 os registros são feitos com o nome de Escola Primária do Instituto de Educação.

Imagem 1.

Contracapa do Livro de Correspondência:



“Servirá este livro, com duzentas folhas numeradas, para registro da correspondência da Escola de Aplicação. Distrito Federal, 06 de março de 1931. Haydée Vianna Fiúzade Castro.”

FONTE: Livro de Correspondência da Escola de Aplicação 1931- Acervo do CEMI.

As retas perfeitamente riscadas por régua e caneta-tinteiro fazem a divisão entre as transcrições de cada ofício. Na margem esquerda há as indicações numéricas dos ofícios acompanhados algumas vezes pela palavra “expedido” ou “recebido”, abreviada ou não. Os números são ordenados de modo crescente, sempre reiniciando a cada início de ano.

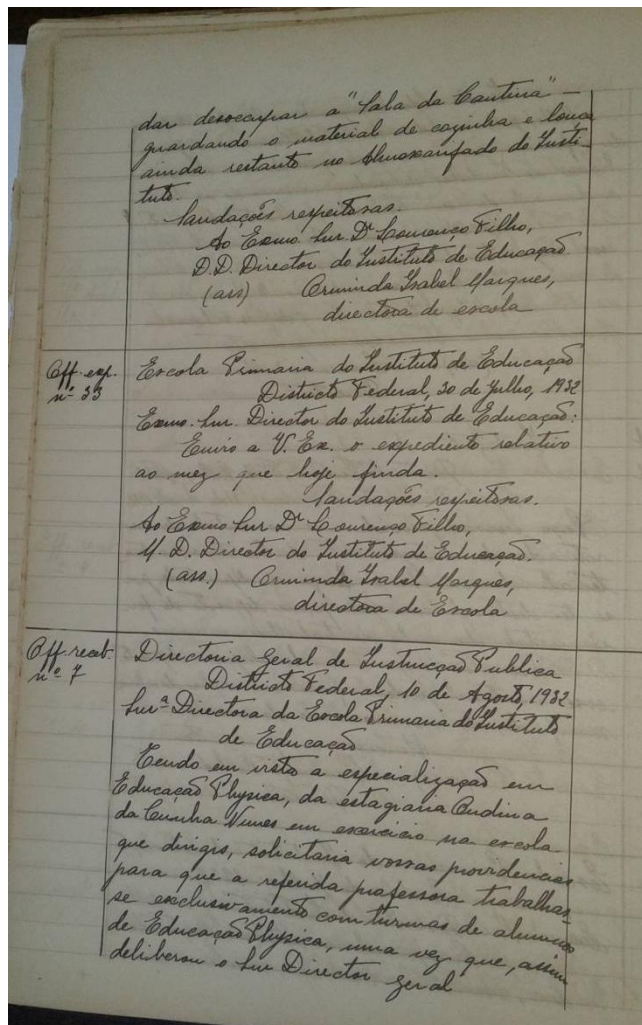
Embora a Direção Geral e a Direção da Escola Primária do Instituto de Educação sejam os remetentes e destinatários mais frequentes, foram registrados ofícios destinados ao Superintendente e aos Chefes de Serviços da instituição de matrícula e frequência, de obras sociais, de Educação Física, entre outros. Além de haver registros de ofícios endereçados ou remetidos ao Presidente do clube da Marinha, Diretor do Rotary Club, duas pessoas em agradecimento a doação de livros para a Biblioteca e a uma professora.

Nem sempre os ofícios eram transcritos pela mesma pessoa, o que pode ser evidenciado pela diversidade de caligrafias e modos de registro. Não há identificação de quem os fez, do mesmo modo, o cargo deste não é especificado, o que não permite compreender se era incumbência de uma pessoa determinada. Apenas são identificados o remetente e o destinatário. As transcrições aparentemente foram realizadas de modo fiel aos ofícios, incluído um cabeçalho com o departamento que encaminhava, local e data. Embora alguns não tenham acompanhado referidos

anexos, outros apresentam relatórios detalhados, nestes há uma diferença em relação aos demais por ter em todas as folhas que o compõem uma rubrica que não é possível precisar de quem seja.

Nem sempre eles estão em ordem cronológica exata, embora isso não aconteça em períodos longos, há dias posteriores transcritos antes, o que evidencia que a transcrição não era feita de imediato. Há situações em que foram feitas retificações, o que demonstra o caráter de documentação oficial que eram dados a esses registros.

Imagem 2. Transcrições de ofícios da Escola Primária



FONTE: Livro de Correspondência da Escola de Aplicação 1931- Acervo do CEMI.

A leitura da correspondência da Escola Primária propicia uma viagem no tempo, um passeio pelo Instituto de Educação nos anos 1930. Em suas páginas é possível encontrar muitos nomes que despertam curiosidades. Nomes conhecidos como os de Lourenço Filho, Heitor Villa-Lobos e Cecília Meirelles e do mesmo modo de anônimos que ficaram registrados na história da instituição. A memória contida em tais folhas é capaz de nos aproximar do cotidiano que aqueles personagens

vivenciaram. É fácil perceber a proximidade com instituições de nosso próprio tempo, na rotina e burocracia.

Mas foi em um constante movimento de aproximação e distanciamento a fim de compreender a finalidade de tal objeto que a análise foi realizada. Assim, foi desconfiando do que o livro de correspondência parece dizer e encarando a atividade de registrar como se esta não fosse tão comum no cotidiano escolar que a investigação foi empreendida. Foi lançado um olhar de estranhamento, de acordo com a perspectiva de Ginzburg (*apud* ABREU JR, 2005)

“O estranhamento é [...] um convite para nos aproximarmos dos materiais que há muitos anos, décadas ou séculos, fazem parte da vida escolar e os olhamos como se não fossem habituais, examinando-os como se fosse a primeira vez que entramos em contato com esses objetos. (ABREU JR, 2005, p.154)

Ao mesmo tempo, o livro de registro de correspondência é compreendido aqui segundo a perspectiva de *documento/monumento* trazida por Le Goff (2003). Conforme esta, o documento é produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de poder. Sua análise enquanto monumento possibilita recuperar a memória coletiva e seu uso científico pelo historiador. Sendo assim, se torna fundamental evidenciar as condições de produção e em que medida o documento é instrumento de poder (LE GOFF, 2003, p. 525).

Nesse sentido, compreender o que era registrado, como e a razão de serem feitos se torna fundamental. Observa-se, a partir da leitura do Livro de Correspondência, que diferentes eram as temáticas tratadas nos ofícios transcritos. Eram solicitações, comunicados, combinados, esclarecimentos, envio de relatórios, estatísticas, quantias em dinheiro, entre outros. Assuntos diversos que em sua maioria passavam pelas mãos da Diretora do Instituto, que até fevereiro de 1932 era Haydéa de Castro Fiúza Vianna e a partir de tal data passou a ser Ormindia Isabel Marques.

Rosa Maria de Souza Braga, em sua pesquisa biográfica sobre Ormindia Isabel Marques, na qual privilegiou a trajetória educacional da diretora, fez uso do Livro de Correspondências como fonte. Trabalhando na perspectiva de Mignot (2005) sobre escrita ordinária³, notou que, apesar do caráter administrativo da escrita exigir formalidade, por vezes ela adquiria um tom de desabafo, críticas e lamentações.

Esses registros podem ser percebidos de diferentes formas. A escrita destes, entendidos como escrita ordinária e produção docente sobre o fazer docente é capaz de revelar outros objetivos para os registros. Podem ser entendidos como resultado da necessidade de testemunhar o vivido ou até simples imposição institucional (MIGNOT & CUNHA, 2003, p. 9).

³ Escritas ordinárias ou sem qualidades são as realizadas por pessoas comuns (FABRE, 1993 *apud* MIGNOT & CUNHA, 2003, p. 10).

Mas uma inquietação permanece: por que registrar correspondência? Tendo em vista os assuntos abordados nos ofícios, fica evidente que este era o canal oficial de comunicação da Escola Primária com outros setores, como, por exemplo, a direção geral do Instituto. Por meio deles que são enviados mapas estatísticos e frequência de alunos e professores mensalmente, além dos relatórios anuais sobre o funcionamento da escola e diversas solicitações e comunicados esporadicamente. Todavia, manter elas registradas deveria ter outra finalidade.

Difícil precisar exatamente o propósito de tal registro. Uma hipótese seria o controle interno das solicitações, requerimentos, do atendimento destas, do envio de relatório e material. Seria um modo de manter documentada a comunicação com outros setores. Isto não exclui outras possibilidades, como a de existência desses registros como forma de pressão para o atendimento de necessidades ou controle dos funcionários.

Em um trecho de um ofício endereçado ao Diretor Geral do Instituto de Educação, em 31 de maio de 1932⁴, a diretora da Escola Primária narra um episódio em que as auxiliares de professoras, ao retornarem as suas atividades depois de um período cobrindo licença das professoras regentes, se queixaram de perder a regência das turmas. No fim desta declaração, a diretora afirma: “*Julgo cumprir um dever aqui registrando essas considerações, já aliás feitas pessoalmente junto de V. Ex^{ca}*”. Duas observações precisam ser feitas. A primeira é que a diretora considera como dever registrar em ofício o ocorrido. A segunda é o Diretor Geral já ter sido comunicado pessoalmente e mesmo assim o ofício ser enviado. Demonstra então que os ofícios possuem um caráter de documentar ocorrências, pois mesmo tendo ciência do acontecido se faz necessário deixar por escrito. A importância que toma o registro escrito pode explicar a razão de registrarem até mesmo os ofícios emitidos e recebidos nesse Livro de Correspondência.

2- Os registros de correspondência da Escola Primária

No início dos anos 1930 a educação brasileira passou por mudanças substanciais. Logo no primeiro ano de governo de Getúlio Vargas foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que ficou sob a responsabilidade de Francisco Campos. Visando se posicionar sobre os problemas da educação e elaborar uma política nacional, em dezembro de 1931, a Associação Brasileira de Educação (ABE) convocou a IV Conferência Nacional de Educação. Esta reunião culminou na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no ano seguinte. Entre as principais

⁴ Livro de Correspondência - ofício expedido nº 32 de 31/05/1932 – Acervo do CEMEB.

ideias dos escolanovistas que ficaram registradas neste manifesto está: uma educação pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem segregação.

O documento foi publicado no mesmo dia que o decreto que transforma a Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação⁵. Tal reforma implementada pelo então diretor de Instrução Pública do Distrito Federal Anísio Teixeira. Assim, no Instituto de Educação passa a funcionar, uma Escola Secundária, uma Escola de Professores e uma Escola de Aplicação. A Escola de Professores era um curso de nível superior para formação pedagógica do professor primário, sobreposta a Escola Secundária que visava dar a formação geral. Lourenço Filho foi escolhido para ficar a frente da Direção Geral do Instituto.

Como Anísio Teixeira, Lourenço Filho também era signatário do Movimento da Escola Nova. Desse modo, a criação do Instituto de Educação era a concretização dos ideais presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Na defesa da escola pública e gratuita o Instituto de Educação pretendia acolher alunos de todas as classes sociais (ACCÁCIO, 2014, p. 249).

Assim, um Instituto projetado para atender a novos ideais, comportando propostas de intelectuais que pensaram uma educação nova, a primeira vista não parece sofrer com qualquer dificuldade. Todavia o cotidiano da instituição registrado nos ofícios transcritos para o Livro de Correspondência demonstra que a realidade não é tão simples quanto se pensa nem tão perfeita como queriam que pensassem. Braga (2014, p. 286), em diálogo com Sônia de Castro Lopes⁶, afirma que a representação fotográfica da Escola Primária mostra uma idealização que intenciona a construção de uma escola modelo que não confere com a realidade apresentada nos registros do Instituto de Educação.

Entre as solicitações enviadas a Direção Geral e registradas no livro de Correspondência são apresentados problemas como a falta de material e pessoal. Assim, em 27 de setembro de 1932, foi remetido a Lourenço Filho um ofício no qual a diretora da Escola Primária listava os produtos recebidos do Departamento de Materiais. No fim, destaca que esta é a primeira vez no ano que recebe material:

Julgo indispensável registrar a data em que esta escola recebeu do 'Departamento de Material:'[...] primeiro material para o ano corrente, frisando estamos em os últimos dias letivos de 1932 e conta esta Escola mensalmente mais de oitocentos alunos matriculados.⁷

⁵ Decreto nº. 3.810 de 19 de março de 1932.

⁶ Em estudo sobre o periódico *Arquivos do Instituto* como suporte de memória a autora, entre outras questões, se propôs a analisar as representações fotográficas dos espaços do Instituto de Educação presentes no periódico.

⁷ Livro de Correspondência - ofício expedido nº 41 de 27/09/1932 – Acervo do CEMEB.

Além da intenção de reclamação implícita no registro, fica evidente a insatisfação da diretora em lidar com a ausência de material durante um longo período sendo tão grande o número de alunos na instituição.

No ano seguinte, a falta de professores foi frequentemente registrada. Um primeiro ofício foi enviado a Lourenço Filho, em 18 de abril de 1933, no qual a diretora da Escola Primária fazia ponderações sobre a falta de professores como obstáculo ao trabalho que desenvolvia na instituição. Segundo ela, faltavam adjuntas, estagiárias, professora de educação física e música. E desabafa sobre a dificuldade:

Difícil pois, Sr. Diretor, é meu trabalho cuja perfeita realização não poderá ser levado a termo, devido aos obstáculos que acabo de expor a V.Ex^a., que poderá testemunhar, obstáculos cuja remoção foge inteiramente ao limite de minhas atribuições.⁸

E em 03 de junho, reitera os pedidos feitos em abril e maio afirmando que ainda não obteve solução para os problemas de falta de professores. Reafirma a falta de estagiários, de professora de educação física e reclama das faltas da professora de música por determinação. Enumera estes problemas como empecilhos ao bom funcionamento da escola primária e do curso médio no qual as professoras fazem especialização. Ainda no mês de junho, foi emitido outro ofício a Lourenço Filho, mais uma vez comunicando a urgência do pedido ainda não atendido e desabafando quanto a dificuldade de realização do trabalho.

Dada a situação na Escola, relativamente à falta de professores continuar sem solução tornando todo trabalho exaustivo e sem rendimento satisfatório, venho reiterar-vos o pedido de providencias urgentes que já vos fiz em os ofícios de 18 de abril, 4 e 24 de maio.⁹

Direciona sua argumentação para pressionar o Diretor Geral apontando que a “turma do 3º ano II” encontrava-se sem professor, e que isto causa prejuízo as crianças e insatisfações nos pais que chegam a incomodá-la. Além disso, afirmar mais uma vez que a falta de professoras auxiliares e estagiárias comprometem as especializações dos cursos médios porque constantemente as professoras dessas turmas eram designadas a substituir as colegas quando estas faltavam.

Em 1934 e 1935, embora as reclamações tenham diminuído, não significa que os problemas tenham desaparecido. É preciso salientar que 1935 foi um ano conturbado politicamente, diversos professores do Instituto foram perseguidos e acusados de serem comunistas pelo governo Vargas. O livro de correspondência da escola primária tem uma queda considerável no número de registros neste ano¹⁰. Há possibilidade que muitos registros não tenham sido realizados talvez para não

⁸ Livro de Correspondência - ofício expedido nº 07 de 18/04/1933 – Acervo do CEMEB.

⁹ Livro de Correspondência - ofício expedido nº 18 de 03/06/1933 – Acervo do CEMEB.

¹⁰ Foram apenas registrados 34 ofícios expedidos no ano de 1935, enquanto entre os anos de 1932 a 1934 foram feitos quase o dobro.

comprometer funcionários do instituto. Suponho com isso que o momento de tensão instaurado fez com que cuidados como esse fossem tomados. De qualquer modo, entre os registros que foram feitos, por mais que não tenham um tom de reclamação, ainda há relatório anual, envio de estatísticas mensais, comunicados de professores cedidos, entre outros.

Considerações Finais

O livro de Correspondência da Escola Primária do Instituto de Educação tem muito a nos dizer quando analisado sobre o prisma da cultura material escolar. Trata-se de um grande livro manuscrito em que ficou registrada a comunicação entre os diversos setores da instituição e a escola primária entre 1931 e 1946. Este nos informa sobre a prática de registro tão presente na cultura escolar. Além disto, a análise dos registros de correspondência é capaz de evidenciar o cotidiano da instituição, nos quais identificamos obstáculos na implantação de uma educação nova.

Compreendido enquanto monumento (LE GOFF, 2003), ou seja, como produção de determinada sociedade e instrumento de poder, o livro manuscrito foi analisado em sua materialidade e investigado a fim de entender as práticas que envolviam sua utilização. Entre diversos questionamentos e hipóteses, levantei a possibilidade desses registros terem sido feitos a fim de pressionar a administração na resolução dos problemas, sem descartar a hipótese deles ser uma forma de controle sobre os funcionários.

Entre os obstáculos identificados, encontram-se a falta de material e pessoal na instituição, reclamações que foram feitas pela diretora da Escola Primária e endereçadas ao Diretor Geral do Instituto. Em tom muitas vezes de desabafo, a diretora lamentava tais problemas e afirmava a dificuldade em realizar seu trabalho. O livro de correspondência da Escola Primária ao fornecer tais indícios se configura em uma fonte singular e essencial para a compreensão da instituição e da educação no período, tendo em vista a memória que se construiu sobre o Instituto como um modelo a ser seguido por outras escolas.

Referência Bibliográfica

ABREU JÚNIOR, Laerth de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-posições**, v. 16, n.1 (46) – jan/abr.2005, p.145.

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Da Escola Normal ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro: uma instituição docente e seu processo histórico de formação do professor. In.: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; SILVA, Alexandra Lima; SILVA, Marcelo Gomes da. (orgs.). **Outros Tempos. Outras Escolas**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014, p. 239 - 253.

BRAGA, Rosa Maria Souza. Entre registros cotidianos: Orminda Marques na Escola Primária do Instituto de Educação. In.: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; SILVA, Alexandra Lima; SILVA, Marcelo Gomes da. (orgs.). **Outros Tempos. Outras Escolas**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014, p. 275- 293.

HERNÁNDEZ, Jose Maria Diaz. Etnografía e historia material de la escuela. In.: ESCOLANO, Agustín Benito. HERNÁNDEZ, José Maria Díaz. (Orgs.) **La memória y el deseo - cultura de la escuela y educación deseada**. Humanidades Pedagogía. 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In.: LE GOFF, Jacques. **História Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-540.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio & CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). **Práticas de memórias docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. Centro de Memória Institucional: a cultura escolar nos arquivos. In.: LOPES, Sonia de Castro Nogueira (curadora). **Exposição Um Olhar sobre o Instituto de Educação: entre acervos, memória e história**. Rio de Janeiro: UFRJ/ISERJ/FAPERJ, 2009. Disponível em: <http://cemiiserj.blogspot.com.br/p/centro-de-memoria-institucional-cultura.html> Acesso em: 17/06/2017.